



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

014

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0181781-0

COMARCA

: Bezerros -- 2ª Vara

APELANTE

: José Sivonaldo dos Santos e Arlindo Alexandre dos Santos

APELADO

: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA

: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

REVISOR

: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgílio

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO COM CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS. NEGATIVA DE AUTORIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXACERBAÇÃO DA PENA. IMPROCEDENTE.

I – Não merece reforma e conseqüente absolvição do réu, a sentença cuja condenação guarda harmonia com as provas carreadas aos autos, com destaque para as asseverações do primeiro acusado que, com detalhes precisos, descreveu o fato delituoso com a participação dos apelantes.

II – O juiz sentenciante fundamentou as penas aplicadas em circunstâncias concretas do caso em análise, e em atendimento ao Princípio da Proporcionalidade e do Livre Convencimento Motivado, não merecendo qualquer reparo.

V – Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0181781-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

Presidente

Des^a Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

015

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0181781-0

COMARCA : Bezerros -- 2ª Vara

APELANTES : José Sivonaldo dos Santos e Arlindo Alexandre dos Santos

APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgílio

RELATÓRIO

Edivaldo Bezerra da Silva, conhecido por "Tábua ou Naldinho", José Sivonaldo dos Santos, vulgo "Dadau" e Arlindo Alexandre dos Santos foram denunciados (fls. 02/04) pela prática prevista no art. 10, caput, da Lei 9.437/97¹ e no art. 157, § 2º, I e II², c/c art. 71³ e seu parágrafo único, do Código Penal contra as vítimas **Brígida Marinho de França e José Ambrósio Vila Nova**.

Consta da peça acusatória que na madrugada do dia 21.03.1999, o acusado Edivaldo Bezerra da Silva ("Tábua" ou "Naldinho") convidou os demais denunciados para que, juntos, fossem praticar assaltos nos Sítios Logradouro e Boqueirão, e lá dirigiram-se até a residência da srª Brígida Marinho, tendo o acusado Edivaldo derrubado a porta da frente, acordando as pessoas e subtraindo, mediante o emprego de arma de fogo, a quantia de R\$ 15,00 (quinze reais), enquanto os demais denunciados davam cobertura do lado de fora.

¹ Porte ilegal de arma

Art. 10 - Possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar (...) arma de fogo de uso permitido, sem autorização e em desacordo com a determinação legal ou regulamentar.

Pena - detenção, de 01 (um) a 02 (dois) anos e multa

² Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

³ Crime continuado

Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

016

Em ato contínuo, os três denunciados seguiram até a residência do Sr. José Ambrósio e, usando do mesmo expediente, subtraíram um aparelho de som da marca "diplomat", tendo o primeiro acusado efetuado disparo contra uma janela da residência.

O Representante do Parquet requereu a decretação da prisão preventiva dos denunciados, tendo sido acatado o pedido pelo juiz sentenciante (fls. 02), com expedição dos respectivos mandados de prisão (fls. 70/73).

Em audiência de inquirição das testemunhas de acusação, o advogado dos acusados José Sivonaldo e Arlindo Alexandre requereu a revogação da prisão preventiva dos mesmos, tendo sido acatado pelo juiz singular (fls. 116/117), com expedição de alvarás de soltura (fls. 119/120).

Concluída a instrução criminal, os acusados **Edivaldo Bezerra da Silva**, vulgo "Tábua", **José Sivonaldo dos Santos**, conhecido por "Dadau" e **Arlindo Alexandre dos Santos** foram condenados pela prática prevista no art. 157, §2º, inc. I e II do Código Penal, tendo sido fixadas as penas de 04 (quatro) anos e 03 (três) meses de reclusão para o acusado Edivaldo Bezerra da Silva, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, e de 06 (seis) anos e 09 (nove) meses de reclusão para os acusados José Sivonaldo dos Santos e Arlindo Alexandre dos Santos, a serem cumpridas inicialmente em regime fechado.

Inconformados, os acusados José Sivonaldo dos Santos e Arlindo Alexandre dos Santos apelaram da referida decisão (fls. 223/224), requerendo o direito de recorrer em liberdade, o que foi acatado pelo juiz sentenciante (fls. 230), tendo sido determinada a expedição dos alvarás de soltura (fls. 231/232).

Às fls. 235/240, os acusados José Sivonaldo e Arlindo Alexandre ofereceram razões recursais, alegando que não foi produzida prova suficiente da autoria do delito, não tendo as vítimas em momento algum apontado os réus como os autores do roubo, requerendo a reforma da sentença para absolver os recorrentes ou, alternativamente, a redução da pena aplicada.

O Ministério Público ofereceu contra-razões de apelação (fls. 247/249), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento do apelo, mantendo-se a sentença em sua integralidade, o que foi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

017

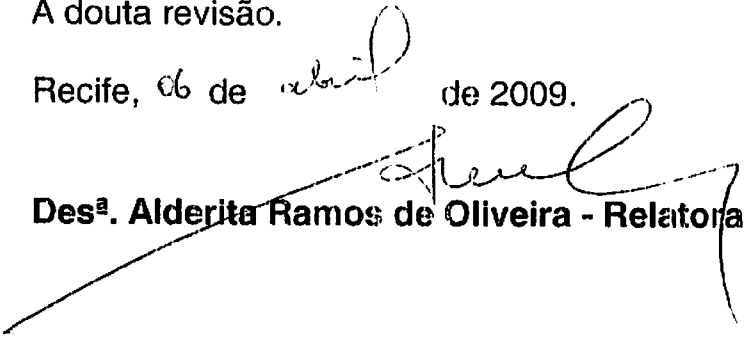
corroborado pela douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho, em seu parecer de fls. 299/304, opinando pelo improvimento do recurso.

O acusado Edivaldo Bezerra dos Santos teve em seu favor a decretação de extinção da punibilidade por cumprimento da pena a ele imposta, consoante sentença de fls. 283.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 06 de abril de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

018

01

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0181781-0

COMARCA : Bezerros – 2ª Vara

APELANTE : José Sivonaldo dos Santos e Arlindo Alexandre dos Santos

APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgílio

VOTO

Insurgem-se, os acusados, contra decisão prolatada pelo juiz singular, alegando ausência de provas da autoria do fato delituoso, além da exacerbação das penas fixadas.

Não merece prosperar as razões expostas pelos apelantes, senão vejamos.

A materialidade está comprovada pelo auto de apresentação e apreensão (fls. 12), auto de avaliação (fls. 21) e auto de entrega (fls. 22).

No pertinente à autoria e ao *modus operandi*, o primeiro acusado Edivaldo Bezerra dos Santos, nas fases inquisitorial e judicial, descreve com riqueza de detalhes a atividade criminosa por ele praticada em concurso com os outros dois apelantes, José Sivonaldo e Arlindo Alexandre, tendo estes importante participação no delito ao contribuírem para a sua consecução.

Assim descreve o denunciado Edivaldo Bezerra dos Santos, ao ser ouvido perante a autoridade judicial (fls. 133):

"que conhece José Sivonaldo dos Santos e Arlindo Alexandre dos Santos há mais ou menos 01 (um) ano, pois todos residem no mesmo bairro em Bezerros; ... que são verdadeiros em parte os fatos narrados na denúncia; ... que ele depoente convidou José Sivonaldo e Arlindo Alexandre para fazerem um assalto no Sítio Boqueirão; que somente ele depoente portava arma de fogo, o revólver 38; que os outros denunciados concordaram com a empreitada criminosa e se dirigiram todos para o sítio Boqueirão; que ao chegarem em uma casa, no meio do sítio, já por volta das 24:00 horas, ele depoente, com um golpe de pé, derrubou a porta da referida casa, ocasião em que acordaram duas mulheres e um homem; que José Sivonaldo e Arlindo Alexandre permaneceram do lado de fora; que anunciou o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

019

assalto apontando o revólver para os moradores daquela casa; que pediu dinheiro e uma mulher foi até o quarto, pegou uma carteira, retirou quinze reais e entregou a ele depoente; ... que retirou-se da casa e chamou José Sivinaldo e Arlindo Alexandre para realizarem outro assalto e foram todos para outra casa; ... que, em lá chegando, chutou a porta da casa, e depois de arrombada a porta, entrou na casa deparando-se com um homem aleijado, que ao se levantava da cama; que apontando-lhe a arma, anunciou o assalto, ocasião lá chegou uma senhora; que disse a ele que tratava-se de um assalto e foi logo subtraindo um gravador;... que José sivonaldo e Arlindo Alexandre permaneceram do lado de fora, a mando dele depoente, já que não possuíam armas; que neste momento houve um disparo de espingarda por detrás da casa do homem aleijado, ocasião em que, com seu revólver, realizou um só disparo na janela da casa daquele homem aleijado, saindo correndo logo em seguida, juntamente com José sivonaldo e Arlindo Alexandre, levando o gravador e os quinze reais, além do revólver que portava; ... que disse aos outros dois denunciados que, quando vendesse o gravador na feira do troca, todos iriam "tomar uma"; ... que quando convidou os outros acusados a participarem dos assaltos, prometeu a eles parte do produto das subtrações (...)"

Veja-se que tais declarações estão em consonância com os depoimentos prestados pelos apelantes (fls. 10 e 11), perante a autoridade policial, os quais confessam ter anuído para a prática de um assalto, fazendo-se acompanhar na delegacia por advogado, frise-se, o que sugere que a retratação em juízo foi mais uma forma de negar suas efetivas cooperações na prática delituosa.

As vítimas em todo momento confirmam a presença de três elementos no evento delituoso, esclarecendo a colaboração dos apelantes para a prática do delito, não afastando a culpabilidade dos recorrentes o fato de as vítimas terem reconhecido apenas o primeiro acusado, Edivaldo Bezerra dos Santos, vulgo "Tábua", já que foi o que adentrou nas residências com o emprego de arma de fogo, conhecido pelas vítimas em contatos anteriores por suas freqüentes aparições no local do fato.

Neste sentido, observe-se entendimento do TJSP:

"Roubo qualificado -- concurso de agentes -- Identificação do comparsa do denunciado -- inexigibilidade -- Ofendido, ademais, que não tinha necessidade de inventar a existência de outro assaltante -- Qualificadora mantida -- Sentença confirmada. Para a caracterização



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

020

da qualificadora de concurso de agentes no crime de roubo, não se exige a identificação de todos os co-autores" (JTJ 248/420).

No pertinente ao pleito alternativo de diminuição da pena aplicada, melhor sorte não lhes socorre, tendo em vista que o julgador de primeira instância preocupou-se, ao individualizar a pena, em examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, observando os critérios estabelecidos no art. 59⁴, do Código Penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda proporcional, necessária e suficiente à reprovação do crime.

Vale salientar que as penas-base foram fixadas próximas do seu mínimo legal, vez que a sanção prevista para o crime em destaque é de 04 (quatro) a 10 (dez) anos de reclusão (art. 157, do CP), tendo sido elevada em 1/2 ante as qualificadoras previstas nos incisos I e II, do § 2º, do art. 157, do CP, diante das peculiaridades do caso concreto, bem examinadas e fundamentadas na sentença, demonstrada a necessidade de majoração da pena acima do patamar de 1/3.

Aliás, nesse sentido já entendeu o Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS. PACIENTE CONDENADO POR ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PENA DE 6 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL FECHADO. ALEGAÇÃO DE QUE O CONJUNTO PROBATÓRIO NÃO FOI SUFICIENTE PARA VIABILIZAR A CONDENAÇÃO E A APLICAÇÃO DAS QUALIFICADORAS RELATIVAS AO EMPREGO DE ARMA DE FOGO E AO CONCURSO DE AGENTES. IMPROPRIEDADE DO WRIT. NÃO CONHECIMENTO. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL: 5 ANOS. ADMISSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

1. O Habeas Corpus, por exigir prova pré-constituída do direito alegado, é inadequado para a análise de questões que exigem dilação probatória, como a alegação de que o conjunto probatório

⁴ Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa de liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

021

não foi suficiente para viabilizar a condenação e a aplicação das qualificadoras relativas ao emprego de arma de fogo e ao concurso de agentes.

2. Inexiste constrangimento ilegal a ser sanado pela via do Habeas Corpus, se a majoração da pena-base acima do mínimo legal restou devidamente motivada pelo Julgador, na forma do art. 59 do CPB, em vista do reconhecimento de circunstâncias judiciais desfavoráveis do paciente, como sua culpabilidade exacerbada, revelada pelo fato ter, de forma astuta, realizado telefonema para atrair a vítima ao local onde escolheu para realizar a subtração, bem como as circunstâncias do crime, praticado em horário noturno e em área residencial, além da circunstância do emprego de arma de fogo, deslocada para a primeira fase da dosimetria da reprimenda devido à presença de duas causas de aumento de pena.

3. Parecer do MPF pelo não conhecimento da ordem.

4. Ordem parcialmente conhecida, e, nesta extensão, denegada. (HC 113.339/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 14/10/2008, DJe 24/11/2008)."

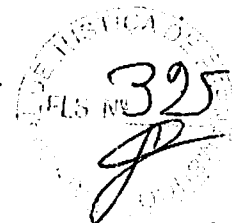
Ademais, como bem observou o douto Procurador de Justiça (fls. 267), "o MM Juiz a quo deixou, por equívoco, inclusive, de aplicar os termos do artigo 71 do CPB quando da dosimetria, já que não rejeitada a tese do crime continuado, o que aumentaria ainda mais o quantum sancionatório."

Tendo em vista que ao réu foi concedido pelo douto Juiz sentenciante o benefício de apelar em liberdade (fls. 140), e em face à imperiosa necessidade de que o mesmo inicie o cumprimento da pena que lhe foi imposta, determino seja expedido **MANDADO DE PRISÃO** em seu desfavor, com recolhimento no Presídio de Canhotinho, em regime inicialmente fechado, consoante determinado na sentença vergastada, após o trânsito em julgado da presente decisão.

Isto posto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao recurso.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

Alderita Ramos de Oliveira
Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



022

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

PROCESSO Nº: 0181781-0
COMARCA: BEZERROS- 2ª VARA CRIMINAL
APELANTES: JOSÉ SOIVONALDO DOS SANTOS e
ARLINDO ALEXANDRE DOS SANTOS
ADVOGADO: FLÁVIO ROBERTO DE LIMA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE
MENDONÇA
RELATORA: DESA. ALDERITA RAMOS DE
OLIVEIRA

VOTO REVISOR

**Voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso,
CONCORDANDO com os fundamentos
apresentados pela Relatora, em todos os seus
termos.**

Recife, 04 de 02 de 2010. 10

Cláudio
**DES. CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR**